

## Apoiar a Ucrânia

O PE pede um pacote de **apoio financeiro à Ucrânia** e opõem-se à intenção da Rússia de continuar a considerar a região da Parceria Oriental como fazendo parte da sua esfera de influência. **Só os cidadãos ucranianos devem ter o direito de decidir o futuro do seu país.**

ver pág.14

## Pequenas Explorações Agrícolas

O PE quer que sejam aplicadas todas as modalidades de **apoio aos pequenos agricultores previstas na nova PAC**, defende um apoio específico às organizações de produtores e propõe um aumento das vendas diretas de produtos tradicionais. **2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar.**

ver pág.6

## Mecanismo de Resolução dos Bancos

A posição mais ambiciosa sobre o **mecanismo único de resolução dos bancos** nas negociações com o Conselho teve o apoio maioritário do Parlamento Europeu. O objetivo da proposta é **evitar mais custos para os contribuintes** em caso de **futuras crises bancárias**, **proteger os depósitos** e limitar os danos das falências.

ver pág.15

## em destaque:

### Transporte Aéreo: PE reforça Direitos dos Passageiros

O **Parlamento Europeu** votou uma proposta que confere novos **direitos aos passageiros dos transportes aéreos** em matéria de assistência, reencaminhamento e informações **sempre que fiquem retidos nos aeroportos**. As regras, que têm ainda de ser negociadas com os governos nacionais, reforçam também o direito a indemnização dos passageiros que sejam vítimas de longas esperas ou de problemas com a bagagem.

*"Em caso de cancelamento ou atraso na partida, a transportadora aérea operadora deve informar os passageiros da situação, incluindo da causa da perturbação, logo que esta informação esteja disponível, e, em qualquer caso, o mais tardar 30 minutos após a hora programada de partida", diz o texto aprovado.*

A proposta **obriga as companhias aéreas a assegurar o reencaminhamento dos passageiros**. Se não for possível fazê-lo pelos seus próprios meios, devem oferecer um reencaminhamento com outras transportadoras aéreas ou por outros modos de transporte.

O texto revisto estabelece também que não pode ser recusado ao passageiro o embarque no voo de volta previsto no seu bilhete de ida e volta devido à não-utilização do segmento de ida.

Carlos Coelho afirmou: *"As companhias aéreas, com demasiada frequência, não reconhecem aos passageiros os direitos que lhes assistem em caso de recusa de embarque ou de atrasos consideráveis, cancelamentos ou problemas com a bagagem. Esta situação resulta do facto de ainda existirem lacunas na legislação europeia existente, mas principalmente devido à aplicação incompleta e inconsistente que as transportadoras e as autoridades nacionais estão a fazer destes Regulamentos. Apoio, assim, esta proposta de revisão dos Regulamentos de 1997 e de 2004, que reforça, de uma maneira geral, os direitos dos passageiros, nomeadamente o direito à qualidade dos serviços, à proteção dos seus interesses económicos e à informação"*.

ver pág.9

## Índice

<b>Abertura da Sessão.....</b>	<b>3</b>
<b>Licenças de direitos sobre obras musicais na Internet.....</b>	<b>3</b>
<b>Luta contra a Homofobia na Europa.....</b>	<b>4</b>
<b>Apoios para pequenas explorações agrícolas.....</b>	<b>6</b>
<b>Seguros contra Catástrofes naturais.....</b>	<b>8</b>
<b>Novo protocolo de pesca UE-Gabão.....</b>	<b>9</b>
<b>Direitos dos Passageiros dos Transportes aéreos.....</b>	<b>9</b>
<b>Direitos dos trabalhadores sazonais de países terceiros.....</b>	<b>11</b>
<b>Situação na Ucrânia.....</b>	<b>14</b>
<b>Mecanismo único de resolução dos bancos.....</b>	<b>15</b>
<b>Conflito na Síria.....</b>	<b>17</b>
<b>Ordem do dia da sessão.....</b>	<b>20</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELD**- Europa da Liberdade e da Democracia

*Responsável: Pedro Paulos e Cruz*

#### *Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## **Mecanismo único de resolução dos bancos: debates no Parlamento Europeu na terça-feira e quinta-feira**

Na abertura da sessão plenária, o vice-presidente do Parlamento Europeu, Gianni Pittella, anunciou que haverá um novo debate sobre o mecanismo único de resolução dos bancos na quinta-feira, às 11 horas, para que os eurodeputados façam o balanço das negociações com o Conselho que vão ter lugar no dia anterior.

O Parlamento Europeu vai debater a proposta que estabelece o mecanismo único de resolução dos bancos. Dadas as difíceis negociações entre os eurodeputados e os governos nacionais, o plenário poderá decidir votar, depois do debate de quinta-feira, a posição mais ambiciosa da sua equipa negocial, liderada por Elisa Ferreira. O objetivo da proposta é evitar custos para os contribuintes em caso de futuras crises bancárias, proteger os depósitos e limitar os danos das falências.

Na última sessão plenária, durante o debate sobre a presidência grega do Conselho, Elisa Ferreira considerou a atual proposta do Conselho *"totalmente inaceitável"*. A eurodeputada disse que a proposta dos governos europeus *"não permite que um banco seja resolvido numa situação de emergência"* e, ao assentar *"nas estruturas nacionais e em fundos nacionais"*, impedirá que bancos com problemas semelhantes *"na Holanda, Itália, Grécia ou Luxemburgo, sujeitos às mesmas regras de supervisão e de funcionamento, sejam resolvidos da mesma forma"*.

Segundo a relatora, a aprovação da atual proposta do Conselho colocaria *"em causa toda a credibilidade do sistema"*. Elisa Ferreira pediu ao atual presidente do Conselho de Ministros da UE, o primeiro-ministro grego Antonis Samaras, para obter *"um mandato sério de negociação com o Parlamento Europeu"*, instituição que já demonstrou querer um acordo com o Conselho, *"mas não qualquer acordo"*.

Os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho encontram-se para mais um tríduo na quarta-feira, em Estrasburgo.

## **Setor da música: Eurodeputados facilitam concessão de licenças de direitos sobre obras musicais na Internet**

O Parlamento Europeu aprovou novas regras que visam facilitar a obtenção das licenças necessárias para a difusão de música em linha em toda a UE e garantir que as receitas sejam corretamente cobradas e distribuídas de uma

**forma justa pelos compositores e autores de letras. Graças às novas medidas, os consumidores deverão ter acesso a repertórios mais diversificados.**

A crescente procura de música na Internet não conhece fronteiras nem restrições nacionais e o mesmo acontece com os serviços em linha utilizados para aceder a esses conteúdos. É neste domínio que as sociedades de gestão coletiva intervêm, particularmente no domínio da música, uma vez que gerem coletivamente, por conta dos compositores e dos autores das letras, a concessão de licenças de direitos de obras musicais protegidas por direitos de autor, com vista à sua utilização em linha, cobrando e redistribuindo os "*royalties*" correspondentes.

A nova diretiva visa facilitar aos prestadores de serviços a obtenção das licenças necessárias para a difusão de música em linha em toda a UE e garantir que as receitas sejam corretamente cobradas e distribuídas de uma forma justa pelos compositores e autores de letras.

As sociedades de gestão coletiva desempenham o papel de intermediários entre os titulares de direitos na indústria musical e os prestadores de serviços que pretendem utilizar as suas obras. Concedem licenças, cobram os "*royalties*" e redistribuem as receitas aos titulares dos direitos em situações em que uma negociação individual das licenças com os criadores individuais seria pouco prática e implicaria custos de transação elevados.

As sociedades de gestão coletiva que pretendam lançar-se na concessão multiterritorial do seu repertório terão de cumprir as novas normas europeias. Devem assegurar que os criadores sejam remunerados mais rapidamente pelo seu trabalho e o seu funcionamento deve ser mais transparente.

Existem na UE mais de 250 sociedades de gestão coletiva que gerem anualmente receitas correspondentes a cerca de 6 mil milhões de euros. No setor musical, a exploração dos direitos representa cerca de 80% das receitas totais cobradas pelas sociedades de gestão coletiva.

O texto, aprovado pelo Parlamento Europeu por 640 votos a favor, 18 contra e 22 abstenções, segue agora para o Conselho de Ministros da UE para aprovação formal. Os Estados-Membros terão depois 24 meses para transpor a diretiva para a legislação nacional.

<p style="text-align: center;"><b>Homofobia:</b> <b>Parlamento Europeu apela a roteiro para proteger direitos das pessoas LGBTI na UE</b></p>
---

**A UE deve adotar um roteiro para proteger os direitos fundamentais das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI), defende um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. De acordo com um inquérito publicado em 2013 pela Agência dos Direitos Fundamentais, 47% das pessoas LGBT sentiram-se discriminadas ou assediadas e 26% foram atacadas ou ameaçadas com violência devido à sua orientação sexual nos cinco anos anteriores na UE.**

O relatório sobre o roteiro da UE contra a homofobia, aprovado por 394 votos a favor, 176 contra e 72 abstenções, *"lamenta profundamente que os direitos fundamentais das pessoas LGBTI ainda não sejam sempre plenamente defendidos na União Europeia"*.

Os eurodeputados instam a Comissão Europeia, os Estados-Membros e as agências da UE a trabalharem em conjunto para a adoção de uma *"política plurianual"* - ou seja, um roteiro, uma estratégia ou um plano de ação - destinada a proteger os direitos fundamentais das pessoas LGBTI.

O Parlamento Europeu recomenda vários temas e objetivos que devem ser incluídos nesse roteiro, em áreas como o emprego, a educação, a saúde, os bens e serviços, as famílias e liberdade de circulação, a liberdade de expressão, o crime de ódio, o asilo, as relações externas, etc.

O documento salienta expressamente que *"esta política abrangente deve ser conduzida no respeito das competências da União Europeia e das suas agências, bem como dos Estados-Membros"*.

### **Famílias e liberdade de circulação**

Os eurodeputados pedem à Comissão que elabore orientações para garantir que a diretiva relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da UE e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros e a diretiva relativa ao direito ao reagrupamento familiar *"sejam aplicadas de molde a respeitar todas as formas de família reconhecidas juridicamente no direito dos Estados-Membros"*.

### **Educação e políticas "anti-bullying"**

A Comissão deve promover a igualdade e a não-discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de género na globalidade dos seus programas em matéria de juventude e educação, diz o relatório. Deve também facilitar o intercâmbio de boas práticas entre Estados-Membros no ensino formal, por exemplo, nos materiais didáticos e políticas de combate ao *"bullying"* e à discriminação, através de um método não vinculativo.

### **Crime de ódio**

A decisão-quadro da UE relativa à luta contra certas formas e manifestações de racismo e xenofobia por via do direito penal deve ser reformulada de modo a incluir o crime motivado por preconceitos e a incitação ao ódio com base na orientação sexual e na identidade de género, diz o Parlamento Europeu.

### **Saúde e pessoas transexuais**

O Parlamento Europeu pede à Comissão que continue a trabalhar com a Organização Mundial de Saúde *"na eliminação dos transtornos de identidade de género da lista de transtornos mentais e comportamentais"*.

Os Estados-Membros devem introduzir ou rever procedimentos legais de reconhecimento de género, para que respeitem plenamente os direitos das pessoas transexuais à dignidade e à integridade física, acrescenta.

**Carlos Coelho (PPE):** *"O respeito pela dignidade humana, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos, onde se incluem os direitos das minorias, são*

*valores comuns a todos os Estados-Membros e sobre os quais a UE assenta. Demos passos decisivos na prossecução de uma Europa dos direitos fundamentais, ao tornar a Carta dos Direitos Fundamentais juridicamente vinculativa, ao tornar a promoção dos direitos fundamentais na União uma das prioridades para o futuro do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e confirmando o lugar central que os direitos humanos ocupam na ação externa da União. A ação da União e dos seus Estados-Membros deve ser irrepreensível em matéria de direitos fundamentais, combatendo qualquer tipo de discriminação, independentemente da razão que esteja na sua origem, respeitando as diferenças e lutando contra os preconceitos e práticas que violam o princípio da igualdade de tratamento entre pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Embora a não discriminação seja reconhecida como um dos valores fundamentais da UE, na prática, o nível de proteção jurídica para assegurar estes valores difere entre os Estados-Membros e entre os motivos da discriminação. Concordo que todos possam usufruir do mesmo respeito, dignidade e proteção que o resto da sociedade. Recusar este Relatório significaria tolerar a homofobia e vacilar na luta contra a discriminação".*

## **Parlamento Europeu defende apoios para pequenas explorações agrícolas**

**O Parlamento Europeu pediu aos Estados-Membros e à Comissão que adotem medidas para dar resposta aos desafios específicos das pequenas explorações agrícolas. Os eurodeputados querem que sejam aplicadas todas as modalidades de apoio aos pequenos agricultores previstas na nova PAC, defendem um apoio específico às organizações de produtores e propõem um aumento das vendas diretas de produtos tradicionais. 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar.**

*"As atividades agrícolas são, mais do que nunca, atividades estratégicas, que deveriam merecer a atenção de todos os Estados-Membros, por forma a encontrar soluções para os pequenos agricultores", diz o relatório aprovado em plenário.*

Os eurodeputados salientam que algumas destas explorações agrícolas, como as explorações de subsistência, *"estão a atuar como fonte de reserva contra a pobreza absoluta, fornecendo, pelo menos, parcos níveis de alimentos e rendimento"*.

O relatório propõe *"uma abordagem mais global"* para dar resposta aos problemas das pequenas explorações agrícolas, notando que o apoio a possíveis fontes de rendimento alternativas e a perspetiva da diversificação, bem como a criação de postos de trabalho não agrícolas e a prestação de serviços públicos nas zonas rurais, são essenciais para o futuro destas explorações agrícolas e das comunidades rurais.

### **Apoio aos pequenos agricultores no âmbito da nova PAC**

Os eurodeputados saúdam o estabelecimento do sistema de apoio aos pequenos produtores no âmbito do primeiro pilar da nova política agrícola comum (PAC), mas consideram que *"a simplificação se refere unicamente à forma de transferência e que as diminutas taxas de pagamentos diretos não permitirão o desenvolvimento, pelo que essas medidas continuam a ser insuficientes para melhorar a situação das pequenas explorações na UE"*.

Segundo o relatório, *"deve ser encontrada uma solução que permita às pequenas explorações agrícolas a apresentação de pedidos plurianuais de pagamentos diretos, que tenham de ser atualizados exclusivamente em caso de alterações na exploração em causa"*.

Dado o carácter facultativo do regime para pequenos agricultores no primeiro pilar da PAC (pagamentos diretos), é necessário que todas as modalidades de apoio previstas no segundo pilar (desenvolvimento rural) para os pequenos produtores *"sejam tidas em consideração e aplicadas"*, diz o Parlamento Europeu.

A resolução dos problemas das pequenas explorações agrícolas deve inscrever-se nas responsabilidades, não só da PAC, mas também de outras políticas da UE, nomeadamente a política de coesão, acrescenta.

Os eurodeputados solicitam aos Estados-Membros que estabeleçam *"instrumentos de engenharia financeira"* adequados, tais como microcréditos, ajuda ao pagamento de juros, locações financeiras, ajuda ao pagamento da primeira prestação ou garantias de crédito. Este processo de apoio deve contar com a participação das autoridades regionais e locais.

### **Produtos tradicionais**

O Parlamento Europeu propõe um aumento das vendas diretas nos mercados locais e regionais, inclusive no caso de produtos tradicionais. Os deputados instam as coletividades territoriais a um maior desempenho no desenvolvimento de infraestruturas de vendas diretas, como mercados locais e municipais, o que facilitará o acesso dos consumidores a produtos agrícolas a preços acessíveis, frescos e de elevada qualidade.

### **Apoio específico para as organizações de produtores**

O relatório realça a necessidade de as pequenas explorações se associarem em organizações, grupos de produtores ou cooperativas e de adotarem programas de *«marketing»* conjuntos. Todos os tipos de associação de pequenas explorações *"devem receber apoio específico ao abrigo de mecanismos da UE e nacionais"*.

As pequenas explorações localizadas nas regiões ultraperiféricas, zonas de montanha ou zonas desfavorecidas devem poder beneficiar de ajuda associada, por exemplo no caso da criação de animais, visto que desempenham igualmente algumas funções ambientais.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Luís Paulo Alves (S&D):** *"Quero saudar este relatório sobre o futuro das pequenas explorações agrícolas e salientar o seu papel indispensável no mundo rural, o ambiente natural onde se desenvolve a agricultura e sem a qual é impossível a sua sustentabilidade. Não podemos viver apenas das grandes explorações e, por isso, torna-se imperativo a existência de uma forte orientação para o sucesso das pequenas explorações na sua organização, dos mercados de proximidade, para que se fortaleçam no seu papel essencial."*

*Mas, hoje, no mundo rural já não se sobrevive apenas com a dinamização da agricultura; é necessário também melhorar a sua atratividade para visitar, para investir, para trabalhar e para viver. Não faz por isso sentido que, a par da política de*

*estímulo essencial à atividade agrícola, não coexistam também políticas públicas orientadas para as populações na área da saúde, da educação, da cultura, consolidando a habitabilidade com qualidade que é, ao fim e ao cabo, o que determina a animação, a dinâmica e a formação da identidade de qualquer território".*

**João Ferreira (CEUE/EVN):** *"Senhora Presidente, é irónico mas nem por isso surpreendente. Depois de uma reforma da PAC que desfere mais um rude golpe na pequena e média agricultura e na agricultura familiar, em que se aprofunda o caminho que compromete a sua viabilidade, vem agora este Parlamento discutir e, previsivelmente, aprovar uma resolução sobre o futuro das pequenas explorações, as mesmas que, nas últimas duas décadas, desapareceram ao ritmo alucinante de uma por minuto.*

*Estamos perante um rol de bondosas afirmações, de piedosas intenções, talvez para eleitor ver em vésperas de eleições, que são pouco mais que inúteis no quadro da reforma que aqui aprovaram há poucos meses. Por essa razão, apresentámos uma resolução alternativa, uma resolução que atribui às pequenas explorações não o papel decorativo para que as querem remeter mas um valor estratégico de futuro. Uma resolução com propostas substantivas, como instrumentos de regulação da produção e do mercado, como as quotas e as margens máximas de intermediação que assegurem preços justos à produção, uma maior justiça na distribuição das verbas da PAC ou um seguro público agrícola para situações de catástrofe, entre muitas outras".*

## **Catástrofes naturais: Parlamento Europeu incentiva seguros contra tempestades e enxurradas**

**O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre os seguros contra catástrofes naturais no qual exorta os Estados-Membros a proporem incentivos para encorajar os cidadãos a proteger-se e a assegurar os seus haveres contra estragos. As tempestades, os incêndios florestais, as cheias e as enxurradas são alguns dos principais riscos de catástrofes naturais com que a Europa se depara.**

O relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos, aprovado em plenário, recorda que estas catástrofes afetam tanto os agregados domésticos como as atividades das empresas e incentiva as seguradoras a adotarem *"a fixação de preços com base nos riscos, enquanto abordagem central dos seguros contra catástrofes"*.

O Parlamento Europeu exorta os Estados-Membros a proporem *"incentivos"* para encorajar os cidadãos a proteger-se e a assegurar os seus haveres contra estragos.

Os eurodeputados pedem às seguradoras que clarifiquem os contratos celebrados com os consumidores e que forneçam informações sobre as opções disponíveis e o impacto nos preços da cobertura para assegurar uma escolha adequada do consumidor. Este deve poder compreender o seu tipo de cobertura e o respetivo modo de funcionamento quando os riscos se concretizem.

O Parlamento Europeu considera que a introdução de formatos normalizados com base em diferentes classificações dos fenómenos pode ser útil nos seguros contra catástrofes naturais.

A prevenção e mitigação dos riscos, a investigação destes fenómenos, a sensibilização dos cidadãos e a cooperação entre os setores público e privado são outros assuntos abordados no relatório.

## **Eurodeputados aprovam novo protocolo de pesca UE-Gabão**

**O Parlamento Europeu aprovou o novo protocolo de pesca entre a UE e o Gabão, como recomendado no relatório do eurodeputado João Ferreira. O protocolo, com uma duração de três anos, prevê possibilidades de pesca para 35 navios franceses e espanhóis nas águas deste país africano. Não foram renovadas as possibilidades de pesca para palangre de superfície previstas no protocolo anterior devido ao seu reduzido nível de utilização e à previsível manutenção ou mesmo agravamento desta situação.**

A contrapartida financeira anual a pagar pela UE ao Gabão, pela possibilidade de pescar atum e outras espécies de grandes migradores, é de 1,35 milhões de euros, dos quais 450 mil euros serão destinados a apoiar o desenvolvimento da política setorial das pescas neste país.

O novo protocolo prevê possibilidades de pesca para 27 atuneiros congeladores e 8 atuneiros com canas (salto e vara) da França e da Espanha.

Não foram renovadas as possibilidades de pesca para palangre de superfície (16 licenças) previstas no protocolo anterior devido ao seu reduzido nível de utilização durante o período de vigência do anterior protocolo e à previsível manutenção ou mesmo agravamento desta situação.

Recentemente, e à semelhança de outros Estados, o Gabão aprovou legislação interna que proíbe a captura de tubarões nas águas sob sua soberania e jurisdição. Tais capturas constituíam, nalguns casos, uma percentagem significativa das capturas totais realizadas pelas frotas a operar ao abrigo deste acordo.

## **Parlamento Europeu reforça direitos dos passageiros dos transportes aéreos**

**O Parlamento Europeu votou uma proposta que confere novos direitos aos passageiros dos transportes aéreos em matéria de assistência, reencaminhamento e informações sempre que fiquem retidos nos aeroportos. As regras, que têm ainda de ser negociadas com os governos nacionais, reforçam também o direito a indemnização dos passageiros que sejam vítimas de longas esperas ou de problemas com a bagagem.**

A revisão do regulamento sobre os direitos dos passageiros dos transportes aéreos visa sobretudo clarificar várias "zonas cinzentas" na atual legislação e conferir novos direitos aos passageiros.

## **Melhor assistência nos aeroportos**

O Parlamento Europeu introduziu várias alterações à proposta apresentada pela Comissão Europeia. Por exemplo, os eurodeputados querem que as transportadoras aéreas tenham uma pessoa de contacto em cada aeroporto em que operam para prestar informações e dar assistência aos passageiros em caso de cancelamento ou atraso dos voos, recusa de embarque e extravio ou atraso na entrega de bagagem. Os passageiros poderão também apresentar as suas reclamações a essa pessoa de contato diretamente no aeroporto.

## **Bagagem permitida na cabina**

A informação sobre a bagagem permitida terá de ser claramente indicada na fase inicial do processo de reserva e no *check-in*. O Parlamento Europeu defende que *"os passageiros devem poder transportar a bordo na cabina, a título gratuito, objetos ou pertences pessoais essenciais, tais como casacos e malas de mão, incluindo pelo menos um saco de dimensão normalizada com artigos comprados no aeroporto, adicionalmente à bagagem máxima autorizada na cabina"*.

## **Atraso, cancelamento e reencaminhamento**

*"Em caso de cancelamento ou atraso na partida, a transportadora aérea operadora deve informar os passageiros da situação, incluindo da causa da perturbação, logo que esta informação esteja disponível, e, em qualquer caso, o mais tardar 30 minutos após a hora programada de partida"*, diz o texto aprovado.

A proposta obriga as companhias aéreas a assegurar o reencaminhamento dos passageiros. Se não for possível fazê-lo pelos seus próprios meios, devem oferecer um reencaminhamento com outras transportadoras aéreas ou por outros modos de transporte.

O texto revisto estabelece também que não pode ser recusado ao passageiro o embarque no voo de volta previsto no seu bilhete de ida e volta devido à não-utilização do segmento de ida.

## **Reclamações**

As transportadoras aéreas terão de facultar formulários para a apresentação de reclamações diretamente no aeroporto e dar resposta às reclamações no prazo de dois meses. *"Caso a transportadora aérea não apresente uma resposta completa no prazo de dois meses, considera-se que aceitou a reclamação do passageiro"*, acrescentam os eurodeputados.

Se a transportadora aérea invocar a existência de *"circunstâncias extraordinárias"*, terá de informar o passageiro sobre as circunstâncias específicas que causaram o cancelamento ou o atraso. Terá também de demonstrar que tomou todas as medidas razoáveis para evitar o cancelamento ou o atraso.

Os eurodeputados adotaram uma lista exaustiva de *"circunstâncias extraordinárias"*, por exemplo, danos causados pela colisão de uma ave, guerra, instabilidade política e conflitos laborais imprevistos.

Em certas circunstâncias extraordinárias, como a crise da nuvem de cinzas em 2010, a duração total do alojamento oferecido pelas transportadoras aéreas poderá ser limitada a cinco noites.

## **Falência da companhia aérea**

Os eurodeputados incluíram disposições para assegurar os direitos dos passageiros em caso de falência, insolvência, suspensão ou cessação das atividades de uma transportadora aérea.

As transportadoras aéreas devem apresentar provas de que tomaram todas as medidas necessárias, tais como a subscrição de um seguro ou a criação de um fundo de garantia, com vista a assegurar a assistência, o reembolso ou o reencaminhamento dos passageiros retidos em terra.

Os Estados-Membros devem assegurar que são conferidas competências suficientes ao respetivo organismo nacional de execução para sancionarem de forma eficaz as infrações cometidas pelas companhias aéreas.

## **Próximos passos**

A resolução legislativa foi aprovada por 580 votos a favor, 41 contra e 48 abstenções. Esta é a primeira leitura do Parlamento Europeu. Segundo o processo de codecisão, o Conselho de Ministros da UE pode aceitar esta posição ou adotar a sua, tendo depois de chegar a acordo com o Parlamento sobre o texto final.

## **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE):** *"As companhias aéreas, com demasiada frequência, não reconhecem aos passageiros os direitos que lhes assistem em caso de recusa de embarque ou de atrasos consideráveis, cancelamentos ou problemas com a bagagem. Esta situação resulta do facto de ainda existirem lacunas na legislação europeia existente, mas principalmente devido à aplicação incompleta e inconsistente que as transportadoras e as autoridades nacionais estão a fazer destes Regulamentos. Esta situação gera incerteza jurídica e é fonte de confusão tanto para o setor como para os passageiros, que não estão devidamente informados sobre os seus direitos, sendo muito reduzido o número de passageiros que reclama os seus direitos ou que é efetivamente ressarcido. Apoio, assim, esta proposta de revisão dos Regulamentos de 1997 e de 2004, que clarifica os princípios básicos e os direitos dos passageiros que têm vindo a ser alvo de disputas e pretende reforçar, de uma maneira geral, os direitos dos passageiros, nomeadamente o direito à qualidade dos serviços, à proteção dos seus interesses económicos e à informação. Deverá, igualmente, garantir que as transportadoras aéreas assegurem um nível elevado de proteção em caso de perturbações durante a viagem e que estas possam operar em condições uniformes num mercado liberalizado".*

## **Imigração: Eurodeputados aprovam regras para garantir direitos dos trabalhadores sazonais**

O Parlamento Europeu aprovou uma diretiva que garante um conjunto de direitos aos trabalhadores sazonais de países terceiros. As novas regras asseguram a estes trabalhadores igualdade de tratamento perante os nacionais do país europeu de acolhimento no que diz respeito às condições de

**trabalho, bem como o direito a um alojamento decente. O objetivo é impedir a sua exploração na UE e, em simultâneo, prevenir que uma estada temporária passe a ter carácter permanente.**

Os trabalhadores sazonais de países terceiros são periodicamente necessários em determinados sectores na UE, como a agricultura e o turismo, em que muitos laboram em condições precárias. De acordo com dados da Comissão, cerca de 100 mil trabalhadores sazonais entram na UE todos os anos.

As novas regras, já acordadas com os governos nacionais, visam garantir a igualdade de tratamento face aos trabalhadores nacionais no que respeita a determinados direitos. A diretiva não afeta o direito de os Estados-Membros determinarem os volumes de admissão de nacionais de países terceiros que entrem no respetivo território. Cada país continua a poder indeferir um pedido de autorização para efeitos de trabalho sazonal.

### **Condições de trabalho e direito a um alojamento decente**

A admissão de um trabalhador sazonal num país da UE dependerá da existência de um contrato de trabalho válido ou de uma oferta de emprego vinculativa que especifique o local e o tipo de trabalho, a duração do emprego, a remuneração e o número de horas de trabalho semanais ou mensais, a duração das férias pagas e, se for caso disso, outras condições de trabalho.

A admissão deverá também ser acompanhada de um comprovativo de que o trabalhador sazonal disporá de alojamento adequado, para evitar que os empregadores coloquem o trabalhador a viver em lugares que não satisfaçam as normas gerais de saúde e de segurança. Esta exigência foi feita pelos eurodeputados durante as negociações com os governos nacionais.

Quando o alojamento é fornecido diretamente ou por intermédio do empregador, pode ser exigido ao trabalhador sazonal o pagamento de uma renda "que não seja excessiva relativamente à sua remuneração e à qualidade desse alojamento", diz a diretiva, acrescentando que essa renda não pode ser automaticamente deduzida do salário do trabalhador.

### **Igualdade de tratamento**

Os trabalhadores sazonais terão direito à igualdade de tratamento perante os nacionais do país de acolhimento no que diz respeito, por exemplo, à idade mínima de admissão ao trabalho e às condições de trabalho relativas a salários, despedimentos, horários de trabalho, férias e licenças, bem como aos requisitos de saúde e segurança no local de trabalho. Estes trabalhadores terão também direito a filiar-se num sindicato e acesso à segurança social e aos serviços de aconselhamento prestados pelos centros de emprego.

Os trabalhadores sazonais que se mudem para o seu país de origem terão direito a receber pensões legais baseadas nesse emprego sazonal.

### **Duração da permanência**

Os Estados-Membros poderão fixar aos trabalhadores sazonais um período máximo de permanência com uma duração entre cinco a nove meses, num qualquer período de doze meses. Durante o período máximo estabelecido, poderá ser autorizada a

prorrogação de permanência para trabalho sazonal com o mesmo ou com outro empregador.

### **Sanções contra empregadores**

Os Estados-Membros deverão prever sanções contra os empregadores que não cumpram as suas obrigações, incluindo a proibição de estes contratarem trabalhadores sazonais.

Os países da UE terão dois anos e meio para transpor esta diretiva para a legislação nacional.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Carlos Coelho (PPE):** *"Começo como Véronique Mathieu por agradecer à Sra. Malmström a proposta da Comissão e para cumprimentar Claude Moraes pelo excelente trabalho que permitiu alcançar um acordo em primeira leitura, após intensas e demoradas negociações.*

*Esta diretiva faz parte de um conjunto de cinco propostas previstas no âmbito do plano de ação sobre a migração legal. Pretende estabelecer regras equitativas e transparentes, aplicáveis à entrada e à residência dos migrantes sazonais temporários, prevendo, em simultâneo, incentivos e salvaguardas para impedir que uma estada temporária passe a ter carácter permanente.*

*Esta categoria de trabalhadores, tal como a categoria dos trabalhadores altamente qualificados, é crucial para a competitividade da União Europeia. Está a aumentar a necessidade de mão de obra pouco especializada e pouco qualificada em setores como a agricultura, a horticultura e o turismo, e é cada vez mais difícil suprir essas lacunas recorrendo a trabalhadores da União Europeia.*

*Ao adotarmos procedimentos de admissão rápidos (máximo de 90 dias), com base em definições e critérios comuns (existência de um contrato ou oferta de trabalho vinculativa) e flexíveis, bem como ao garantirmos a existência de um estatuto jurídico para os trabalhadores sazonais, estamos a criar salvaguardas contra a sua exploração e sujeição a condições de trabalho inaceitáveis, garantindo-lhes condições de trabalho e de vida justas e dignas e, como outros oradores já recordaram, estamos igualmente a proteger os trabalhadores sazonais que são cidadãos da União Europeia de qualquer forma de concorrência desleal.*

*É imperativa a existência de uma abordagem comum da imigração na União Europeia. Num espaço sem fronteiras internas, não pode existir uma abordagem fragmentada e incoerente porque qualquer ação ou política migratória levada a cabo por um Estado-Membro traz necessariamente consequências para todos os demais".*

## **Ucrânia: Parlamento Europeu apela a pacote de apoio financeiro e a missão permanente no país**

O Parlamento Europeu quer que a UE e os Estados-Membros adotem sanções em matéria de viagens e o congelamento de bens aos ucranianos responsáveis pela morte de manifestantes. Em duas resoluções aprovadas, os eurodeputados pedem um pacote de apoio financeiro à Ucrânia e opõem-se à intenção da Rússia de continuar a considerar a região da Parceria Oriental como fazendo parte da sua esfera de influência. Só os cidadãos ucranianos devem ter o direito de decidir o futuro do seu país, diz o PE.

O Parlamento Europeu condena a escalada de violência contra cidadãos pacíficos na Ucrânia e insta a UE e os Estados-Membros a tomarem medidas imediatas, incluindo uma maior pressão diplomática e a introdução de medidas personalizadas e específicas - como sanções em matéria de viagens e o congelamento de bens e de propriedades - aplicáveis aos ucranianos responsáveis pela repressão e pela morte de manifestantes.

Os eurodeputados apelam a um "*pacote concreto de apoio financeiro a longo prazo*" para ajudar a Ucrânia a fazer face ao agravamento da situação financeira e social. Este pacote de ajuda "*deverá ser disponibilizado a um novo governo interino credível para aliviar a grave situação atual em relação aos pagamentos*", diz o PE.

### **Missão permanente do Parlamento Europeu na Ucrânia**

Na sequência de numerosos pedidos de cidadãos ucranianos, os eurodeputados propõem a criação de uma missão permanente do Parlamento Europeu na Ucrânia "*com o objetivo de desanuviar a tensão e de facilitar o diálogo entre as partes*". O plenário encarrega a Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu (presidente do PE e líderes dos grupos políticos) de se debruçar sobre esta questão o mais breve possível.

### **Pôr termo ao estado de impunidade na Ucrânia**

O PE manifesta a sua apreensão face ao uso excessivo de violência por parte das forças de segurança e pelos "*Tituskhi*" e face aos atos de violência de ultranacionalistas, exortando as autoridades ucranianas a garantirem o pleno respeito pelos direitos civis e pelas liberdades fundamentais da população.

O PE apela a medidas imediatas para pôr termo ao estado de impunidade: os autores dos atos de violência contra os manifestantes pacíficos reunidos na praça Maidan devem ser punidos. Os eurodeputados chamam em particular a atenção para o recente caso de Dmytro Bulatov, líder do movimento "*AutoMaidan*", sequestrado e torturado. Os manifestantes da praça Maidan devem também abster-se do uso de força e manterem a legitimidade da sua causa comportando-se de forma pacífica, acrescentam.

O PE lamenta a Lei da Amnistia que "*transforma as vítimas em reféns*" e apela à libertação incondicional dos manifestantes, o que contribuiria, em larga medida, para facilitar as conversações e para apaziguar a sociedade.

### **Rússia tem de respeitar o direito dos cidadãos ucranianos de decidir o futuro do seu país**

Numa resolução sobre a Rússia, o PE opõe-se à intenção deste país continuar a considerar a região da Parceria Oriental como fazendo parte da sua esfera de influência. Só os cidadãos ucranianos devem ter o direito de decidir o futuro do seu país, diz o PE.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Ana Gomes (S&D):** "*Mr President, Kiev last week was an eye-opener. The camps seem entrenched, yet Mr Yanukovich had to burst into the Verkhovna Rada and arm-twist his party to get a vote his way, and the opposition leaders do not seem to lead much. Beware of the determined people in the Euromaidan, who say this is an essential fight and that it is about ditching not their Russian heritage but rather the corrupt oligarchic system – by conquering the rule of law, democracy and human rights.*

*Not just any deal will be sufficient to dismiss the Maidan, and already other cities in the east of the country are breaking free of fear in Euromaidans. A political solution to the crisis is needed, coupled with the release of political prisoners and missing persons. Accountability for the repressors and torturers will require a constitutional framework that ensures checks and balances and the prospect of presidential elections.*

*Neither Mr Putin nor anyone else is entitled to decide the destiny of the people of Ukraine: they alone can do that. The EU must act towards Ukraine on the basis of its values, principles and laws, and must speak with one voice. We call, in this resolution, for targeted sanctions, the freezing of assets in EU banks and the denial of visas to top Ukrainian officials and their oligarch sponsors who bear responsibility for repression and corruption and for obstructing a peaceful solution.*

*Time is running out for a negotiated solution to the crisis. After the Winter Olympics in Sochi, a crackdown might easily be orchestrated in reaction to any extremist provocation. EU citizens would then be badly hurt, with the bloodshed and the flow of refugees. Civil war or the division of Ukraine could spell war in Europe – another world war ... (palavra cortada pelo Presidente)".*

## **Mecanismo único de resolução dos bancos: PE confirma mandato forte para negociações com os Estados-Membros**

A posição mais ambiciosa sobre o mecanismo único de resolução dos bancos que tem sido adotada pela equipa liderada por Elisa Ferreira nas negociações com o Conselho teve o apoio maioritário do Parlamento Europeu. O mandato

**de negociação foi confirmado por 441 votos a favor, 141 contra e 17 abstenções. O objetivo da proposta é evitar mais custos para os contribuintes em caso de futuras crises bancárias, proteger os depósitos e limitar os danos das falências.**

O Parlamento Europeu apoiou formalmente a posição mais ambiciosa da sua equipa negocial, dadas as difíceis negociações entre os eurodeputados e os governos nacionais sobre a proposta que estabelece o mecanismo único de resolução dos bancos e um fundo comum para facilitar a resolução ordenada das instituições financeiras. No debate realizado em plenário, os grupos políticos criticaram o Conselho de Ministros da UE por estar a bloquear o avanço das negociações.

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, disse que vai enviar um pedido ao Conselho para que se realize uma reunião extraordinária do ECOFIN (encontro dos ministros das Finanças dos Estados-Membros) antes da reunião agendada para 17 de fevereiro, para evitar que se percam duas semanas nas negociações.

A relatora do Parlamento Europeu, Elisa Ferreira (S&D), já disse que considera a proposta do Conselho *"totalmente inaceitável"*. A proposta dos governos nacionais *"não permite que um banco seja resolvido numa situação de emergência"* e, ao assentar *"nas estruturas nacionais e em fundos nacionais"*, impedirá que bancos com problemas semelhantes *"na Holanda, Itália, Grécia ou Luxemburgo, sujeitos às mesmas regras de supervisão e de funcionamento, sejam resolvidos da mesma forma"*, disse na sessão plenária de janeiro, num debate com a presidência grega do Conselho.

Os eurodeputados defendem um fundo único - e não múltiplos - de resolução financiado pelo setor bancário que esteja operacional logo nos primeiros anos e não dentro de uma década.

Os parlamentares estão também preocupados com a intenção dos governos europeus de incluírem um capítulo intergovernamental no sistema de resolução, especialmente se não houver uma base jurídica que o justifique.

### **Um banco deve poder ser resolvido num fim de semana**

Falando em nome de Elisa Ferreira no debate de terça-feira, o eurodeputado socialista espanhol Antolín Sánchez Presedo disse que o Conselho propõe *"um sistema confuso e pouco claro de estruturas nacionais de resolução"*. *"Precisamos de uma autoridade europeia eficiente e rápida. Se um banco não puder ser resolvido num fim de semana para se evitar uma retirada de fundos, isso significa que o sistema é demasiado complicado. Quanto mais lento e ineficiente, mais caro será no final"*, afirmou.

### **União bancária que dê confiança aos mercados e aos cidadãos**

Os eurodeputados portugueses a quem foi dada a palavra no debate em plenário também pediram ao Conselho mais ambição.

*"A união bancária tem de ser uma união bancária verdadeira e não esta proposta que faz o Conselho que, a vários títulos, é insuficiente"*, disse Paulo Rangel (PPE), exortando *"o Conselho e os governos de alguns Estados mais renitentes a aceitarem negociar com o Parlamento Europeu"* para que se chegue a *"um acordo que permita a criação de uma união bancária que dê confiança aos mercados e que faça justiça àqueles povos europeus que, durante estes anos, estiveram a trabalhar*

*imenso para estar em condições de ter uma moeda verdadeira no espaço da zona euro".*

### **Separar Estados de bancos**

Diogo Feio (PPE) lembrou que o mecanismo único de resolução surgiu também para que fosse possível separar Estados de bancos. *"Não podemos aceitar que se apresente agora uma solução, como aquela que o Conselho pôs em cima da mesa, que ponha bancos e Estados de novo ligados", disse. " A união bancária existe para que possa coexistir confiança e igualdade, igualdade entre os diferentes Estados da UE. Não é aceitável que uma empresa em Portugal que peça um empréstimo pague de juros três vezes mais do que uma empresa igual na Alemanha paga. Não é aceitável que não se caminhe para uma situação de confiança dos depositantes", acrescentou.*

### **Próximos passos**

As duas instituições vão continuar as negociações com vista a alcançar um acordo. A equipa negocial do PE está também presente, em paralelo, nas conversações intergovernamentais sobre os detalhes relativos ao estabelecimento do fundo de resolução.

## **Conflito na Síria: Genebra II deve conduzir a solução política e democrática, diz Parlamento Europeu**

**O processo de Genebra II sobre a Síria deve continuar para se chegar a uma solução política e democrática para o conflito, diz uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu.**

*"Só se pode alcançar uma solução duradoura para a atual crise na Síria mediante um processo político inclusivo, conduzido pela Síria, com o apoio da comunidade internacional", afirmam os eurodeputados.*

O Parlamento Europeu está preocupado com o envolvimento crescente de grupos islâmicos radicais e de combatentes estrangeiros no conflito sírio e reitera o incentivo à oposição para a criação de uma frente mais unida, inclusiva e organizada.

### **Prioridade é aliviar o sofrimento de milhões de sírios**

A prioridade da UE e da comunidade internacional deve ser aliviar o sofrimento dos milhões de sírios que carecem de bens e serviços básicos, defendem os eurodeputados, apelando ao Conselho de Segurança da ONU que aprove uma resolução de cariz humanitário a este respeito.

Os eurodeputados pedem a todas as partes envolvidas no conflito, em particular ao regime de Assad, que facilitem a prestação de ajuda e assistência humanitária, inclusivamente através das fronteiras e das linhas de conflito. O levantamento de cercos em certas áreas urbanas, como Homs, cessar fogos locais, a libertação ou a troca de prisioneiros e a facilitação do acesso da assistência humanitária aos civis necessitados pode ajudar a instaurar um clima de confiança no país.

O Parlamento Europeu insta também a UE e os Estados-Membros a assumirem as suas responsabilidades humanitárias e a reforçarem a assistência aos refugiados sírios.

### **Ação coordenada da UE para a libertação da vencedora do Prémio Sakharov 2011**

Os eurodeputados apelam a uma ação coordenada da UE para garantir a libertação da vencedora do Prémio Sakharov de 2011 Razan Zeitouneh, raptada em Damasco em dezembro passado juntamente com o marido. Apela também à libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos, pessoal médico, trabalhadores humanitários, jornalistas, personalidades religiosas e defensores dos direitos humanos.

### **Destruição das armas químicas**

O Parlamento Europeu insta as autoridades sírias a cumprirem os prazos estabelecidos na resolução do Conselho de Segurança da ONU e exorta a que seja dada especial atenção à segurança ambiental do processo de destruição e de gestão dos resíduos. O PE nota, no entanto, que as armas convencionais são responsáveis pela esmagadora maioria das vítimas mortais e dos feridos no violento conflito na Síria.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Ana Gomes (S&D):** *"Genebra II abriu um processo negocial que será longo e penoso mas tem de sentar a coligação nacional das forças revolucionárias e da oposição sírias, hoje profundamente divididas, com outros atores regionais e internacionais para as fazer chegar a uma solução política que ponha fim ao horrífico sofrimento do povo sírio e dos países vizinhos, em especial os que acolhem milhares de refugiados.*

*Foi um erro excluir o principal aliado do regime de Bashar al-Assad da mesa. O Irão é hoje um ator central no conflito e, por isso, vital para uma solução política. O acordo sobre o programa nuclear iraniano deveria ter permitido trazê-lo à mesa e empenhá-lo também num processo de busca de uma saída negociada para o conflito na Síria. Da mesma forma, interessa responsabilizar outros países da região, como a Arábia Saudita e o Catar, para que o apoio que prestam à oposição síria não continue a cair nas mãos de grupos extremistas e terroristas.*

As negociações têm que ser iniciadas, têm que implicar medidas para restabelecer a confiança, definir cessar-fogos, acabar com cercos às áreas urbanas e populosas, libertar prisioneiros, facilitar o acesso humanitário, impor corredores humanitários. A solução para a Síria e para a região passa por uma transição política baseada no comunicado de Genebra, preservando a independência e a integridade do país.

Com quase três anos, a guerra civil na Síria já matou mais de cem mil pessoas; dez mil crianças, dizem as Nações Unidas, que têm demonstrado como estas são um dos grupos mais atingidos e neste conflito recrutadas como soldados, usadas como escudos humanos para o transporte de armas, comida, medicamentos, ou como mensageiros e espiões nas zonas de conflitos.

Esta violação sistemática dos direitos humanos e das crianças na Síria é mais uma das razões por que Bashar al-Assad e outros torcionários envolvidos no conflito da Síria há muito deviam já estar referenciados ao Tribunal Penal Internacional.

Também a situação dos palestinianos nas condições desesperadas de Yarmouk merecem uma intervenção da comunidade internacional e é por isso essencial que a União Europeia responsabilize as potências do Conselho de Segurança, e em especial a Rússia, para que não continuem a demorar a adoção de uma resolução que, ao menos, contemple a vertente humanitária do conflito".

# Ordem do dia 3 a 6 Fevereiro de 2014

## ► Segunda-feira, 3 de Fevereiro

**17:00 - 23:00**

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos - *Relatório: Bernhard Rapkay (A7-0017/2014)*

Discussão conjunta - Aplicação da legislação da UE e Legislar Melhor

29.º Relatório Anual sobre o controlo da aplicação do direito da UE (2011) - *Relatório: Eva Lichtenberger (A7-0055/2014)*

A adequação da regulamentação da UE, a subsidiariedade e a proporcionalidade - Legislar Melhor - *Relatório: Sajjad Karim (A7-0056/2014)*

Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas - *Relatório: Sari Essayah (A7-0319/2013)*

Intervenções de um minuto (artigo 150.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

A homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género - *Relatório: Ulrike Lunacek (A7-0009/2014)*

Aplicação da Diretiva relativa às práticas comerciais desleais - *Relatório: Robert Rochefort (A7-0474/2013)*

Painel da Justiça na UE - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A7-0442/2013)*

Consequências locais e regionais do desenvolvimento de redes inteligentes - *Relatório: Elisabeth Schroedter (A7-0019/2014)*

O futuro das pequenas explorações agrícolas - *Relatório: Czesław Adam Siekierski (A7-0029/2014)*

Um mercado de entrega de encomendas integrado para o crescimento do comércio eletrónico - *Relatório: Pablo Arias Echeverría (A7-0024/2014)*

Mulheres migrantes sem documentos na União Europeia - *Relatório: Norica Nicolai (A7-0001/2014)*

## ► Terça-feira, 4 de Fevereiro

**09:00 - 11:20**

Direitos de autor e direitos conexos e licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha - *Relatório: Marielle Gallo (A7-0281/2013)*

Sanções penais aplicáveis ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado - *Relatório: Arlene McCarthy (A7-0344/2012)*

**11:30 - 12:00 VOTAÇÃO**

A inclusão da Gronelândia na aplicação do sistema de certificação do Processo de Kimberley - *Relatório: Vital Moreira (A7-0467/2013)*

A participação da Gronelândia no sistema de certificação do Processo de Kimberley - *Relatório: Vital Moreira (A7-0466/2013)*

Migração para transferências a crédito e de débitos diretos a nível da União - *Relatório: Sharon Bowles (A7-0036/2014)*

Acordo da Cidade do Cabo, de 2012, sobre a aplicação das disposições do Protocolo de 1993 relativo à Convenção Internacional de Torremolinos de 1977 para a segurança dos navios de pesca - *Recomendação: Werner Kuhn (A7-0040/2014)*

29.º Relatório Anual sobre o controlo da aplicação do direito da UE (2011) - *Relatório: Eva Lichtenberger (A7-0055/2014)*

Pedido de defesa da imunidade parlamentar de Lara Comi - *Relatório: Bernhard Rapkay (A7-0067/2014)*

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Zbigniew Ziobro - *Relatório: Cecilia Wikström (A7-0045/2014)*

Promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos - *Relatório: Bernhard Rapkay (A7-0017/2014)*

Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas - *Relatório: Sari Essayah (A7-0319/2013)*

Direitos de autor e direitos conexos e licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha - *Relatório: Marielle Gallo (A7-0281/2013)*

Sanções penais aplicáveis ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado - *Relatório: Arlene McCarthy (A7-0344/2012)*

Projetos de investimentos em infraestruturas energéticas - *Relatório: Adina-Ioana Vălean (A7-0323/2013)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas (Klaus-Heiner LEHNE - DE) - *Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0050/2014)*

O Tribunal de Contas - *Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0014/2014)*

A adequação da regulamentação da UE, a subsidiariedade e a proporcionalidade - Legislar Melhor - *Relatório: Sajjad Karim (A7-0056/2014)*

A homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género - *Relatório: Ulrike Lunacek (A7-0009/2014)*

Aplicação da Diretiva relativa às práticas comerciais desleais - *Relatório: Robert Rochefort (A7-0474/2013)*

Painel da Justiça na UE - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A7-0442/2013)*

Consequências locais e regionais do desenvolvimento de redes inteligentes - *Relatório: Elisabeth Schroedter (A7-0019/2014)*

O futuro das pequenas explorações agrícolas - *Relatório: Czesław Adam Siekierski (A7-0029/2014)*

Um mercado de entrega de encomendas integrado para o crescimento do comércio eletrónico - *Relatório: Pablo Arias Echeverría (A7-0024/2014)*

Mulheres migrantes sem documentos na União Europeia - *Relatório: Norica Nicolai (A7-0001/2014)*

A indústria siderúrgica na Europa - *Relatório: András Gyürk (A7-0028/2014)*

## **12:00 - 12:30 Sessão solene**

Discurso de Giorgio Napolitano, Presidente da República Italiana

## **12:30 - 14:00 Continuação da votação seguida de declarações de voto**

## **15:00 - 23:00**

A resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um Mecanismo

Único de Resolução e de um Fundo Único de Resolução Bancária - *Relatório: Elisa Ferreira (A7-0478/2013)*

Defesa contra as importações objeto de dumping e de subvenções dos países não membros da Comunidade Europeia - *Relatório: Christofer Fjellner (A7-0053/2014)*

Necessidade de adoção rápida de uma taxa sobre as transações financeiras generalizada - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030 - *Relatório: Anne Delvaux, Konrad Szymański (A7-0047/2014)*

O cumprimento das regras da política comum das pescas - *Relatório: Isabelle Thomas (A7-0468/2013)*

Discussão conjunta - A aplicação da política da concorrência

Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça relativo à cooperação no âmbito da aplicação dos respetivos direitos da concorrência - *Recomendação: George Sabin Cutaş (A7-0060/2014)*

Acordos de cooperação da UE sobre a aplicação da política da concorrência - rumo a seguir - *Pergunta oral (O-000022/2014 - B7-0105/2014)*

Discussão conjunta - O Tratado sobre o Comércio de Armas

Autorização para os Estados-Membros ratificarem, no interesse da União Europeia, o Tratado sobre o Comércio de Armas - *Recomendação: David Martin (A7-0041/2014)*  
O Tratado sobre o Comércio de Armas - *Declaração da Comissão*  
Discussão conjunta - Pacote da harmonização  
Aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0255/2012)*  
Explosivos para utilização civil - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0256/2012)*  
Instrumentos de pesagem de funcionamento não automático - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0257/2012)*  
Compatibilidade eletromagnética - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0258/2012)*  
Material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0259/2012)*  
Ascensores e respetivos componentes de segurança - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0260/2012)*  
Recipientes sob pressão simples - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0261/2012)*  
Instrumentos de medição - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0376/2012)*

#### ► **Quarta-feira, 5 de Fevereiro**

**09:00 - 11:50**

A indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos - *Relatório: Georges Bach (A7-0020/2014)*  
Condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal - *Relatório: Claude Moraes (A7-0428/2013)*

**12:00 - 14:00 VOTAÇÃO seguida de declarações de voto**

Condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal - *Relatório: Claude Moraes (A7-0428/2013)*  
A importação de atum patudo do Atlântico - *Relatório: Raül Romeva i Rueda (A7-0475/2013)*  
Protocolo entre a União Europeia e a República Gabonesa que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca em vigor entre as duas Partes - *Recomendação: João Ferreira (A7-0049/2014)*  
Relações entre a UE, por um lado, e a Gronelândia e o Reino da Dinamarca, por outro - *Relatório: Ricardo Cortés Lastra (A7-0054/2014)*  
Os seguros contra catástrofes naturais ou de origem humana - *Relatório: Sampo Terho (A7-0005/2014)*  
Consulta do CESE sobre a estrutura e a organização do diálogo social no contexto de uma verdadeira UEM  
Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2015  
Nomeação do Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu - *Relatório: Sharon Bowles (A7-0086/2014)*  
Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça relativo à cooperação no âmbito da aplicação dos respetivos direitos da concorrência - *Recomendação: George Sabin Cutaş (A7-0060/2014)*  
Acordos de cooperação da UE sobre a aplicação da política da concorrência - rumo a seguir - *Propostas de resolução*  
Autorização para os Estados-Membros ratificarem, no interesse da União Europeia, o Tratado sobre o Comércio de Armas - *Recomendação: David Martin (A7-0041/2014)*  
O Tratado sobre o Comércio de Armas - *Propostas de resolução*  
Defesa contra as importações objeto de dumping e de subvenções dos países não membros da Comunidade Europeia - *Relatório: Christofer Fjellner (A7-0053/2014)*  
O cumprimento das regras da política comum das pescas - *Relatório: Isabelle Thomas (A7-0468/2013)*  
Aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0255/2012)*  
Explosivos para utilização civil - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0256/2012)*

Instrumentos de pesagem de funcionamento não automático - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0257/2012)*

Compatibilidade eletromagnética - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0258/2012)*

Material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0259/2012)*

Ascensores e respetivos componentes de segurança - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0260/2012)*

Recipientes sob pressão simples - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0261/2012)*

Instrumentos de medição - *Relatório: Zuzana Roithová (A7-0376/2012)*

A indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos - *Relatório: Georges Bach (A7-0020/2014)*

Processos de insolvência - *Relatório: Klaus-Heiner Lehne (A7-0481/2013)*

Um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030 - *Relatório: Anne Delvaux, Konrad Szymański (A7-0047/2014)*

### **15:00 - 23:00**

A situação na Ucrânia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

O papel da Europa na República Centro-Africana - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

A situação na Síria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Os refugiados sírios que chegam à fronteira búlgara - *Declarações do Conselho e da Comissão*

A situação no Egito - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

A cimeira UE-Rússia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Expulsões ao largo da costa da Grécia (Farmakonisi) que resultaram na morte de refugiados - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Discussão conjunta - Relatórios de progresso (Balcãs)

Relatório de progresso 2013 relativo à Bósnia-Herzegovina - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Relatório de progresso 2013 relativo à antiga República jugoslava da Macedónia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Relatório de progresso 2013 relativo ao Montenegro - *Declarações do Conselho e da Comissão*

### **► Quinta-feira, 6 de Fevereiro**

#### **08:30 - 11:00**

Eliminação da mutilação genital feminina - *Pergunta oral (O-000029/2014 - B7-0106/2014)*

NAIADES II: Um programa de ação para apoiar o desenvolvimento do transporte fluvial - *Pergunta oral (O-000016/2014 - B7-0104/2014)*

#### **11:00 - 11:50**

Regras e um procedimento uniforme para a resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um mecanismo único de resolução e de um fundo único de resolução bancária: resultado das negociações

#### **12:00 - 14:00 VOTAÇÃO seguida de declarações de voto**

A resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um Mecanismo

Único de Resolução e de um Fundo Único de Resolução Bancária - *Relatório: Elisa Ferreira (A7-0478/2013)*

Recomendação de decisão, nos termos do artigo 88.º, n.ºs 2 e 3, do Regimento, sobre o projeto de regulamento da Comissão relativo ao país de origem ou local de proveniência de carne fresca, refrigerada e congelada de porco, carneiro, cabra e aves

Recomendação de decisão, nos termos do artigo 87.º-A, n.º 4, do Regimento, sobre o Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º .../..., de 28 de agosto de 2013, que estabelece o anexo III do Regulamento (UE) n.º 978/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas

Recomendação de decisão, nos termos dos artigos 88.º, n.º 4, alínea d), e 87.º-A, n.º 6, do Regimento, em que declara que não se opõe ao projeto de Regulamento da Comissão (UE) n.º .../... que altera o Regulamento (UE) n.º 1031/2010, nomeadamente para determinar os volumes de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a leiloar no período 2013-2020

A situação na Ucrânia - *Propostas de resolução*

A situação na Síria - *Propostas de resolução*

A situação no Egito - *Propostas de resolução*

A cimeira UE-Rússia - *Propostas de resolução*

Relatório de progresso 2013 relativo à Bósnia-Herzegovina - *Propostas de resolução*

Relatório de progresso 2013 relativo à antiga República jugoslava da Macedónia - *Propostas de resolução*

Relatório de progresso 2013 relativo ao Montenegro - *Propostas de resolução*

Eliminação da mutilação genital feminina - *Propostas de resolução*

NAIADES II: Um programa de ação para apoiar o desenvolvimento do transporte fluvial - *Propostas de resolução*

#### **15:00 - 16:00**

Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 122.º do Regimento)

A situação na Tailândia

O direito à educação na região transnistrina

O Barém, nomeadamente os casos de Nabeel Rajab, Abdulhadi al-Khawaja e Ibrahim Sharif

#### **16:00 - 17:00 Votação (no final dos debates anteriores)**

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 122.º do Regimento)